



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GRUPO DE TREINAMENTO OPERACIONAL - GTO/DREX/SR/PF/MS

LICI. TERMO DE REFERÊNCIA Nº 29572411/2023-GTO/DREX/SR/PF/MS

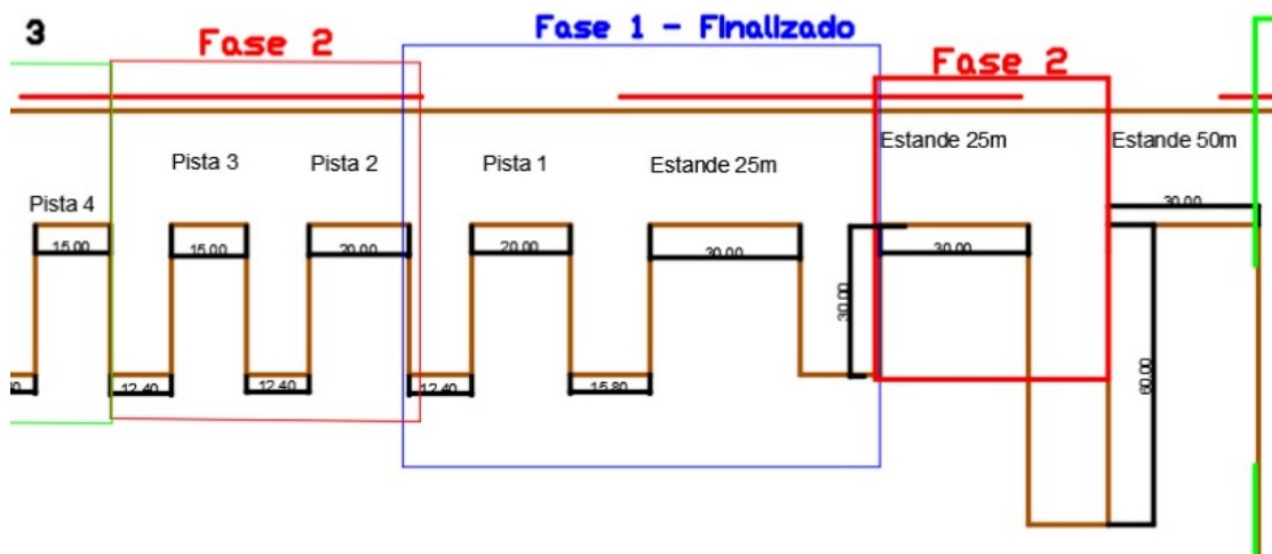
Processo nº 08335.009178/2024-21

1. DO OBJETO

1.1. Processo para contratação de empresa que construiu o estande 01 e a pista de tiro 01 do complexo de tiro do Centro de Treinamento Operacional da Superintendência Regional de Polícia Federal/MS conforme as dimensões definidas na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	LARGURA	COMPRIMENTO	DISTÂNCIA DE UTILIZAÇÃO
1	Estande de Tiro 02	30m	34m	25m
2	Pista de Tiro 02	20m	34m	34m
3	Pista de Tiro 03	15m	34m	34m

1.2. A empresa Fonte - Locação de Equipamentos foi a responsável pela terraplanagem do estande de tiro 01 e pista de tiro 01. É importante para a padronização da construção e manter a continuidade das estruturas dos taludes laterais e talude frontal (parabolas). A construção do estande 02 e pistas de tiro 02 e 03 será realizada utilizando os taludes laterais já construídos dos estandes 01 e pista 01 conforme ilustrado abaixo:



1.3. O valor da contratação é de R\$ 119.676,60 (cento e dezenove mil, seiscentos e setenta e seis reais e sessenta centavos) e está de acordo com os valores praticados no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI), conforme planilha de composição de preços (38600176)

2. ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS

2.1. Estande de tiro 02

- Largura (levando em consideração o piso do estande): 30m;
- Comprimento (levando em consideração o piso do estande): 34m;
- Construção do sistema semi escavado, piso com 03m de profundidade e talude com 03 metros de altura, totalizando 06m a partir do piso, utilizando o talude lateral direito do estande de tiro 01;
- Execução e compactação de corpo de aterro com solo do próprio local, em camadas com espessura de 10cm utilizando rolo de pé de carneiro e caminhão pipa;
- Escavação vertical para infraestrutura, com carga, descarga e transporte de solo de 1ª categoria, com ecavadeira hidráulica, frota de caminhões basculantes de 18 metros cúbicos.

2.2. Pista de tiro 02

- Largura (levando em consideração o piso do estande): 20m;
- Comprimento (levando em consideração o piso do estande): 34m;

- Construção do sistema semi escavado, piso com 03m de profundidade e talude com 03 metros de altura, totalizando 06m a partir do piso , utilizando o talude lateral esquerdo da pista de tiro 01;
- Execução e compactação de corpo de aterro com solo do próprio local, em camadas com espessura de 10cm utilizando rolo de pé de carneiro e caminhão pipa;
- Escavação vertical para infraestrutura, com carga, descarga e transporte de solo de 1ª categoria, com escavadeira hidráulica, frota de caminhões basculantes de 18 metros cúbicos.

2.3. Pista de tiro 03

- Largura (levando em consideração o piso do estande): 15m;
- Comprimento (levando em consideração o piso do estande): 34m;
- Construção do sistema semi escavado, piso com 03m de profundidade e talude com 03 metros de altura, totalizando 06m a partir do piso , utilizando o talude lateral esquerdo da pista de tiro 02
- Execução e compactação de corpo de aterro com solo do próprio local, em camadas com espessura de 10cm utilizando rolo de pé de carneiro e caminhão pipa;
- Escavação vertical para infraestrutura, com carga, descarga e transporte de solo de 1ª categoria, com escavadeira hidráulica, frota de caminhões basculantes de 18 metros cúbicos.

3. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. O Grupo de Treinamento Operacional/MS (GTO/MS) desempenha as funções de planejamento e execução dos treinamentos continuados de armamento e tiro conforme Portaria nº 1369-SR/PF/MS, de 26 de junho de 2019.
- 3.2. A fim de desempenhar satisfatoriamente essas missões, o GTO/MS realiza treinamentos regulares de tiro no âmbito da Superintendência Regional de Polícia Federal/MS e nas Delegacias descentralizadas.
- 3.3. Face a estas atividades, é necessário a utilização do estande de tiro do Centro de Treinamento Operacional da SR/PF/MS.
- 3.4. A SR/PF/MS formalizou Acordos de Cooperação Técnica com a Guarda Civil Metropolitana (GCM/SEDES) e a Agência Estadual de Administração do Sistema Penitenciário (Agepen) e uma das obrigações da SR/PF/MS é fornecer local adequado para a prática segura de exercícios de armamento e tiro.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de realização do serviço é de 30 dias, a partir da solicitação, na MS 080 km 15, S/N, Campo Grande/MS;
- 4.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 30 (trinta) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;
- 4.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos/reparados no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;
- 4.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado;
- 4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;
- 4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:
- 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja reparado ou corrigido;
- 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia;
- 6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

- 6.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 36 (trinta e seis) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. CONTROLE DA EXECUÇÃO

- 8.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- 8.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente;
- 8.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 8.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 10.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 10.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 10.1.3. Fraudar na execução do contrato;
- 10.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;
- 10.1.5. Cometer fraude fiscal;
- 10.1.6. Não manter a proposta.
- 10.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 10.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 10.2.2. multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 10.2.3. em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 10.2.4. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 10.2.5. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 10.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 10.3. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 10.3.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 10.3.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 10.3.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados;
- 10.3.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999;
- 10.3.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade;
- 10.3.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.



Documento assinado eletronicamente por **ARNALDO MENDONCA JUNIOR, Perito(a) Criminal Federal**, em 26/11/2024, às 13:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=38596875&crc=4F8BE63E.
Código verificador: **38596875** e Código CRC: **4F8BE63E**.

Referência: Processo nº 08335.009178/2024-21

SEI nº 38596875